

A FALTA DE OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO PARA OS CAIÇARAS E SEUS DESCENDENTES NA ATIVIDADE TURÍSTICA: O CASO DE ILHABELA

Claudia Maria Astorino
claudia.astorino@power.ufscar.br
Professora Assistente – Campos Sorocaba
Universidade Federal de São Carlos

Introdução

O turismo tem crescido em ritmo intenso em todo o Brasil. No litoral norte de São Paulo, em virtude, principalmente, da proximidade com a capital do estado - maior fluxo emissivo de turistas - esse crescimento é bastante acentuado. Ilhabela detém belezas naturais e cenários geográficos que estimulam os turistas e veranistas a escolherem esse destino para suas férias ou fins de semana prolongados. A oferta de hotéis e pousadas cresce à medida que cresce a demanda. Surgem agências de viagens receptivas e de ecoturismo, as quais oferecem passeios dos mais variados: de caminhadas pela Mata Atlântica com banhos de cachoeiras à apreciação e interpretação das espécies de flora e fauna locais.

Nota-se, no entanto, que os jovens nascidos na ilha, de origem caiçara, quase não têm participação nesse florescer do turismo, pois poucas oportunidades de integração lhes são oferecidas.

O presente trabalho é fruto do acompanhamento de membros de uma família caiçara; pai, filho e duas filhas, os quais, embora mantenham expectativas de serem envolvidos nesse desenvolvimento, permanecem às margens do fenômeno, trabalhando informalmente, sem contratos, quando, por ventura, são chamados para alguma vaga sazonal. Os salários são baixos e as possibilidades de ascensão, raras, pois as boas oportunidades são reservadas prioritariamente a forasteiros.

Essa comunicação tem por objetivo, portanto, alertar para essa discriminação, que resulta na não inserção dos jovens caiçaras na atividade turística, a qual poderia ser uma oportunidade de ascensão social e de melhoria da qualidade de vida para essas famílias.

A dificuldade de inserção da população caiçara na atividade turística em Ilhabela

No ano de 2003, pude acompanhar as dificuldades de inserção na atividade turística de algumas famílias de caiçaras e de seus descendentes, que vivem em Ilhabela.

Os jovens, que em geral, concluíram o ensino médio, procuram trabalho na florescente atividade turística, mas geralmente lhe são negadas oportunidades formais de trabalho, com direitos trabalhistas assegurados, conforme estabelece a CLT.

No setor de recepção dos hotéis, onde se concentram algumas das funções com melhor remuneração, raramente os funcionários contratados são caiçaras. Em sua maioria, são da cidade de São Paulo, de outras cidades do estado, ou até mesmo, de outros estados, como o Rio Grande do Sul. As funções mais humildes, por outro lado, como serviços de limpeza, são oferecidas para os caiçaras.

Em uma família, especificamente, que pude conhecer, o pai mantém sua atividade como pescador; a mãe é dona de casa e os três filhos, duas moças e um rapaz, são jovens que procuram uma oportunidade de trabalho no turismo. As moças trabalham, esporadicamente, em bares e restaurantes, ora exercendo a função de caixa, de garçomete ou de *bartender*. Não têm um contrato de trabalho formal, nem mesmo sazonal. A cada noite, têm de telefonar para o estabelecimento para

saberem se haverá trabalho no dia seguinte. A resposta depende do número de carros que entra na ilha, pois a partir desse cálculo, o proprietário ou administradores inferem a necessidade ou não de reforço de pessoal. A situação pode ser bastante cômoda para os empresários, mas é constrangedora para esses jovens, que parecem estar sempre implorando por trabalho, sem contar que não têm nenhuma segurança em relação a seus orçamentos.

A remuneração é baixa; em 2003, os estabelecimentos pagavam, mediamente, de 15 a 20 reais por dia, que correspondia a uma jornada de trabalho das 8:00 às 19:00 ou 20:00, dependendo do movimento. Na pausa para o almoço, após terem servido aos clientes pratos de peixe e frutos do mar, que é a especialidade de boa parte dos estabelecimentos, a esses jovens caiçaras é servido arroz, feijão, salada e salsicha ou ovo. O paradoxo maior é que em seus dias de folga, essas moças gastam seu dinheiro exatamente nesses estabelecimentos, pois elas também querem usufruir dos mesmos serviços dos quais usufruem os clientes, embora sintam, nessas ocasiões, uma certa discriminação por parte dos jovens que freqüentam esses locais, geralmente jovens paulistas de classe média.

O rapaz, sem poupar sacrifícios, deixou a casa dos pais para morar em São Paulo, em busca de sua qualificação. Com suas economias, pagou um curso para guarda-parques no SENAC, com a esperança de conseguir, com isso, sua inserção no ramo do ecoturismo. Apesar do curso freqüentado ser composto por matérias com enfoque inteiramente prático, desde primeiros-socorros à educação ambiental, sua situação permaneceu a mesma quando voltou à ilha. Ao contrário de suas expectativas, a nova qualificação não lhe abriu as portas para funções relacionadas ao ecoturismo. Continuou realizando trabalhos eventuais, sem nenhuma estabilidade econômica. Por dois anos, exerceu as funções humildes que exercia antes do curso: limpeza de piscinas das residências de veraneio e *bartender* sem contrato formal. Recentemente, esse rapaz decidiu inscrever-se em um curso superior de biologia, e já está morando em outra cidade, procurando uma forma de sustento para custear esse projeto. Resta saber se com o diploma de curso superior suas chances de trabalhar com ecoturismo aumentarão, como ele almeja. Por enquanto, contudo, sua intenção é a de retornar a Ilhabela, uma vez graduado. É possível, porém, que tenha que buscar uma oportunidade em outra cidade, não voltando mais para viver na ilha onde nasceu e se criou.

O fato de Ilhabela ser um destino em que é abundante o número de segundas residências, é em parte, determinante neste quadro de falta de perspectivas de inserção para os jovens caiçaras na atividade turística. Isso se deve ao fato que os veranistas utilizam muito menos os serviços turísticos do que os turistas, que se hospedam em hotéis e similares. É notório que esses últimos utilizam mais serviços, como restaurantes e agências de viagens, do que os veranistas, que muitas vezes, permanecem restritos à própria residência e ao seu entorno. Por outro lado, mesmo os turistas que realizam passeios pela ilha, dificilmente serão atendidos ou guiados por caiçaras, uma vez que são poucos os que efetivamente conseguem uma boa posição na atividade turística.

O modelo da participação da comunidade local na atividade turística em San Andrés.

A cerca de mil quilômetros da costa colombiana, estão localizadas duas ilhas, que em um passado não muito distante eram britânicas, e hoje pertencem à Colômbia; San Andrés e Providencia. Estive nessas duas ilhas em julho de 2002, em uma

viagem de estudo, e pude observar um modelo bem sucedido de envolvimento e participação da comunidade local na atividade turística.

A população tradicional das ilhas é bastante peculiar. São negros, descendentes de escravos jamaicanos, miscigenados com ingleses. Por conta disso, são protestantes e sua primeira língua é o inglês (em uma versão crioula). Conservam ainda muitas de suas tradições e incorporaram os costumes modernos dos jamaicanos e de outras populações do Caribe, como os ritmos musicais: *reggae* e *soka*.

Esses dois destinos têm acesso somente por via aérea. Para San Andrés, há vários vôos de três companhias aéreas colombianas, partindo das principais cidades do país. Ao passo que quanto a Providencia, a única companhia aérea que serve a ilha é a também colombiana West Caribbean, com vôos provenientes de San Andrés.

O turismo de massa teve seu incremento em San Andrés a partir da década de 1980, quando agências colombianas começaram a operar pacotes para esta ilha. A princípio, atraiu uma série de empresários do continente, principalmente, interessados no setor de hospedagem. A situação, portanto, era bastante parecida com a que se tem hoje em Ilhabela. No entanto, passadas duas décadas, o governo local instituiu uma lei que privilegia os trabalhadores locais. Sendo assim, os estabelecimentos podem contratar somente funcionários que sejam nascidos na ilha. A situação apresenta-se hoje quase ideal, pois a população local tem justas oportunidades de inserção na atividade turística. Pelo menos teoricamente, não é possível a contratação de funcionários provenientes do continente ou de outros países, exceto para operadores de mergulho autônomo, pois os locais não são adeptos desta modalidade, preferindo o mergulho livre. Sendo assim, aos nativos fica reservada a operação de *jet skis*, lanchas, barcos com fundo de vidro para observação da fauna marinha, e atividades de mergulho livre (*snorkelling*).

Na ilha de Providencia, por sua vez, as oportunidades para a população tradicional estão ainda mais garantidas, pois há somente um estabelecimento hoteleiro que pertence a uma rede colombiana. Todos os demais pertencem aos próprios nativos. São pousadas dispostas como chalés (*cabañas*), familiares, e geridas pelos componentes do núcleo familiar. Em geral, o pai dedica-se à administração, os filhos são responsáveis pela recepção e as filhas pela cozinha e limpeza. Esta foi a situação das pousadas que visitei para a elaboração desse estudo.

Evidentemente, é impossível propor que em Ilhabela seja obrigatório que os proprietários dos estabelecimentos sejam todos caiçaras, mas alguma forma de regulamentação em relação à obrigatoriedade na contratação de funcionários pode ser proposta.

O turismo no século XXI deve ser norteado pelo desenvolvimento sustentável. Não se pode esquecer, contudo, que os princípios do turismo sustentável vão além da conservação ambiental, devendo também ser consideradas as vertentes social, cultural e econômica.

Colvin (FENNEL: 2002), já atento para este fato, estabeleceu um código de ética para o ecoturista sensível aos valores nativos, em que destaca, entre outras, as seguintes questões:

- ☞ *Quem realiza o programa? É a população nativa? Em caso afirmativo, ele é realizado comunitariamente ou só alguns indivíduos ou famílias ganham com ele?*
- ☞ *Se ele não é realizado pela população nativa, as comunidades locais recebem uma parte justa dos ganhos ou quaisquer outros benefícios, como a capacitação? Ou só alguns poucos indivíduos/famílias se beneficiam?*

Certamente qualquer que seja a modalidade de turismo, os turistas conscientes deveriam levar sempre em consideração as questões propostas por Colvin.

Conclusão

O turismo em Ilhabela é uma atividade em ascensão. Esse desenvolvimento, entretanto, não implica em oportunidade de inserção da comunidade local de caiçaras. Essa falta de perspectiva advém muito mais do preconceito que existe em torno dessa população tradicional do que da falta de preparação das jovens caiçaras. Faz-se necessário, portanto, que uma política pública seja estabelecida para garantir o direito a esses jovens de competir por uma vaga de emprego em estabelecimentos voltados ao turismo. Somente assim, o turismo em Ilhabela poderá ser considerado justo e sustentável do ponto de vista social.

Bibliografia

FENNELL, D. *Ecoturismo. Uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

MCKERCHER, B. *Turismo de natureza. Planejamento e Sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2002.